

O PIB da pandemia e cenários para 2021

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS,
LORENA DOURADO, GABRIEL
PETRINI, ANTÔNIO IBARRA –
CECON/UNICAMP, 18/12/2020



Pontos centrais

Recuperação no terceiro trimestre é importante para evitar círculo vicioso

Gasto anticíclico explica a retomada semestral e sua reversão ameaça segundo mergulho

Pandemia limita demanda e emprego em serviços

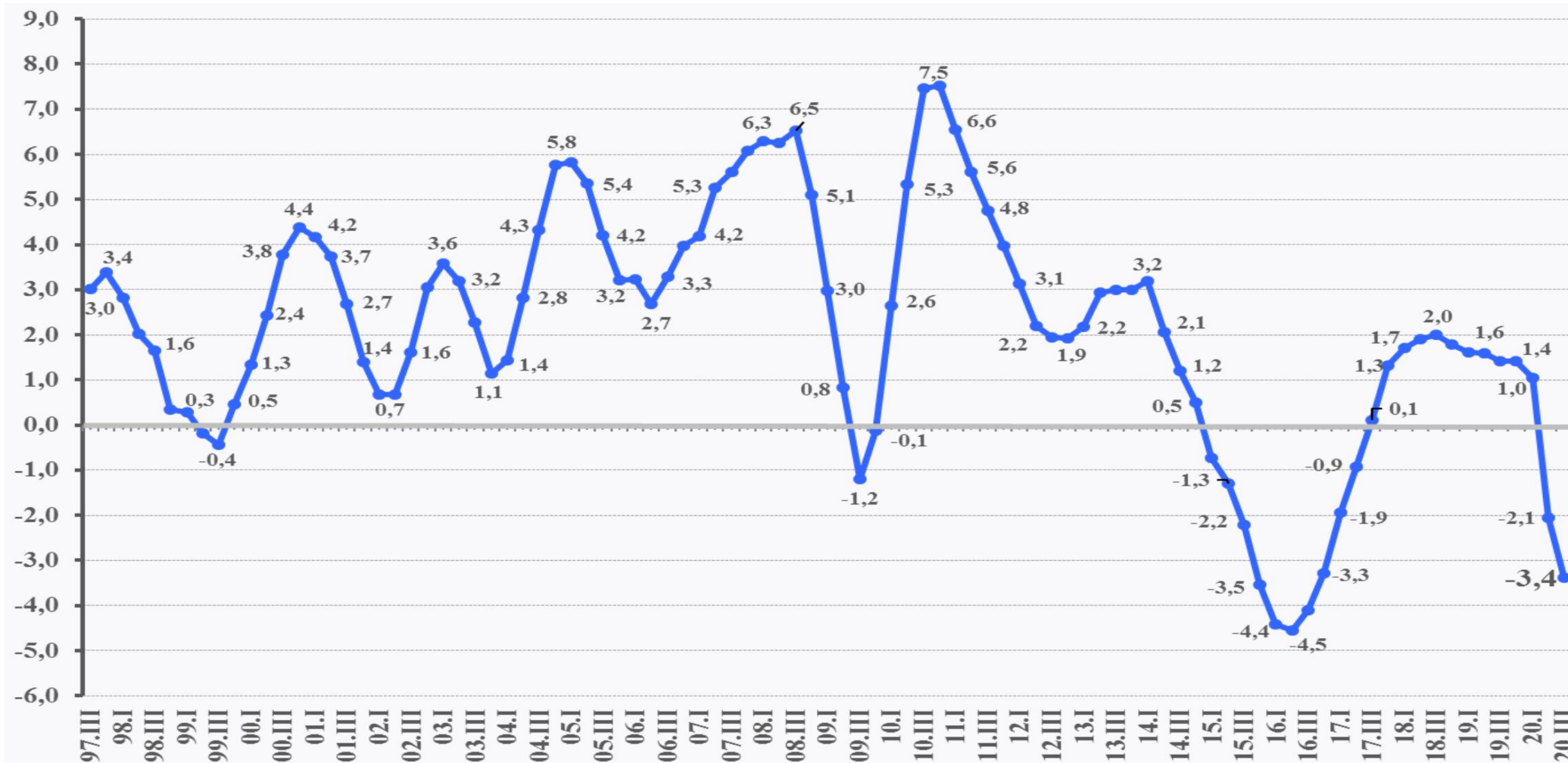
Em março, havia risco de sucessão longa de quedas trimestrais do PIB, com círculo vicioso de contração de demanda, contração do crédito, falências de empresas e ampliação do desemprego e da pobreza

O risco foi contornado com política anticíclica para sustentar renda, vínculos empregatícios e, tardiamente, ampliação do crédito (apesar do repasse da depreciação cambial)

A continuidade da pandemia limitou a retomada da demanda e do emprego em serviços em razão do risco de contágio, reafirmando a centralidade do controle da pandemia para a recuperação da economia (não há trade-off duradouro)

A magnitude da política anticíclica gera um risco enorme de um segundo mergulho em razão da retomada da lei do teto do gasto e da retirada brusca dos programas emergenciais

Sem política anticíclica, aumento do desemprego e da pobreza serão dramáticos ainda que as exportações se recuperem em 2021



Resultados do PIB – YoY – perda de vigor precede a pandemia e a política de isolamento social (a despeito da revisão de 2019: de +1,1% para +1,4%)

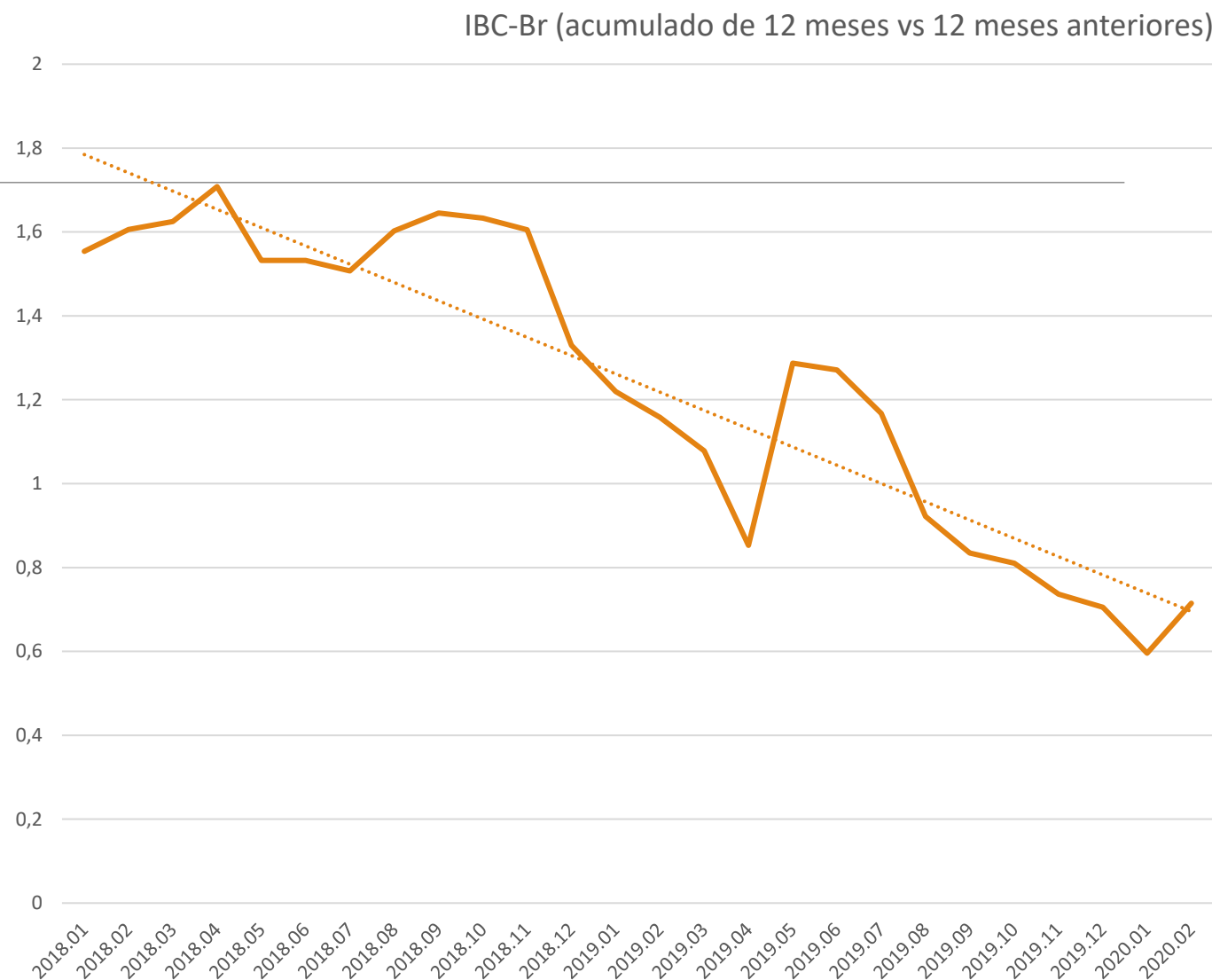
Brasil: não estava tudo bem em fevereiro de 2020

Brasil não estava em aceleração, pelo contrário. Dependeu da recuperação do mercado de imóveis e da construção civil no 2t e 3t, com queda de 2,5% no 4t.

Vulnerabilidade exportadora já se manifestou em 2019

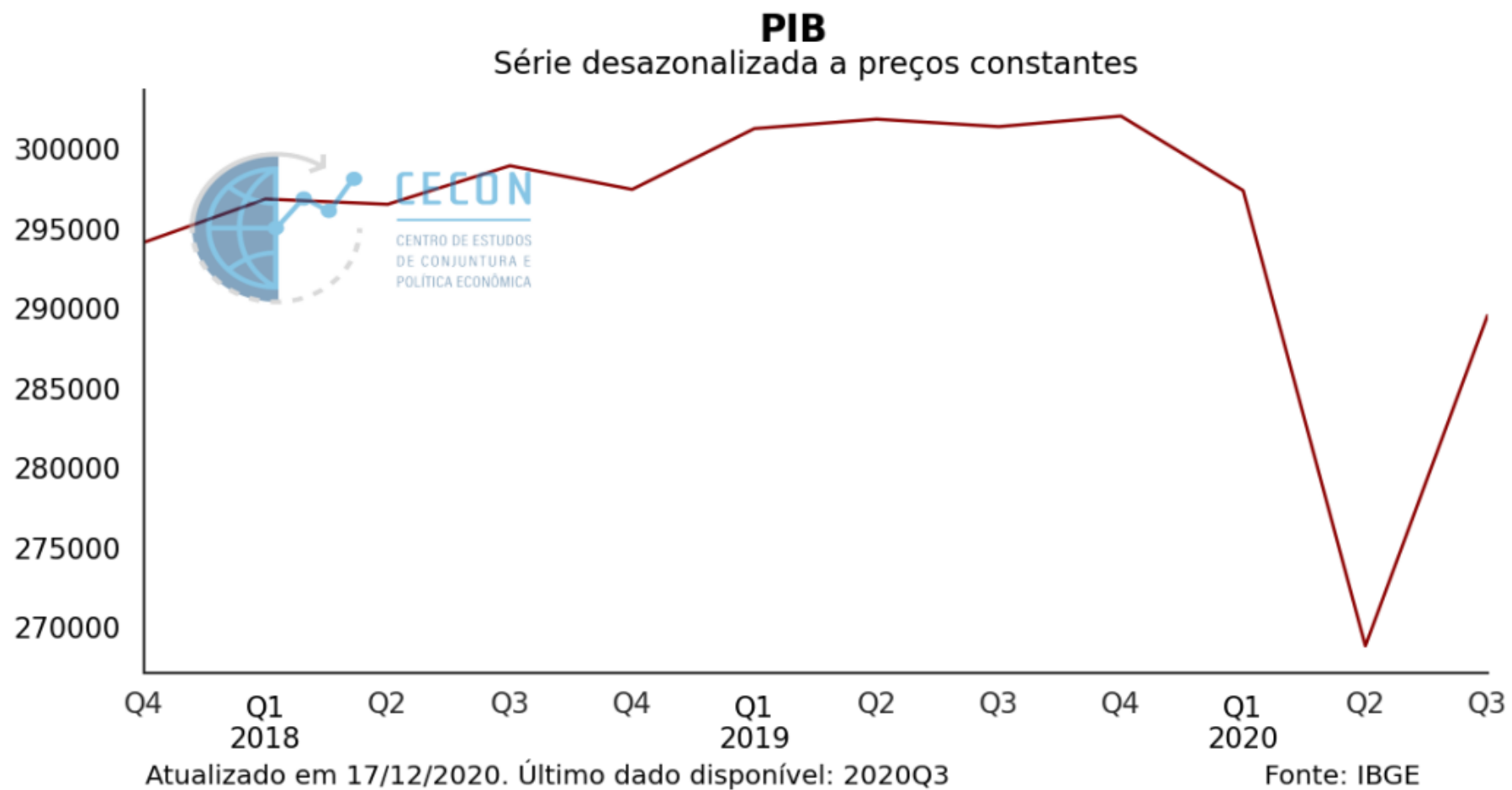
No acumulado de 12 meses, IBC-Br de fevereiro subiu 0,7% (menos que o PIB de 2019)

Em fevereiro de 2020, serviços voltou a cair -1% em relação a janeiro. E desemprego aumentou para 11,6% no trimestre (11,2% no trimestre anterior)



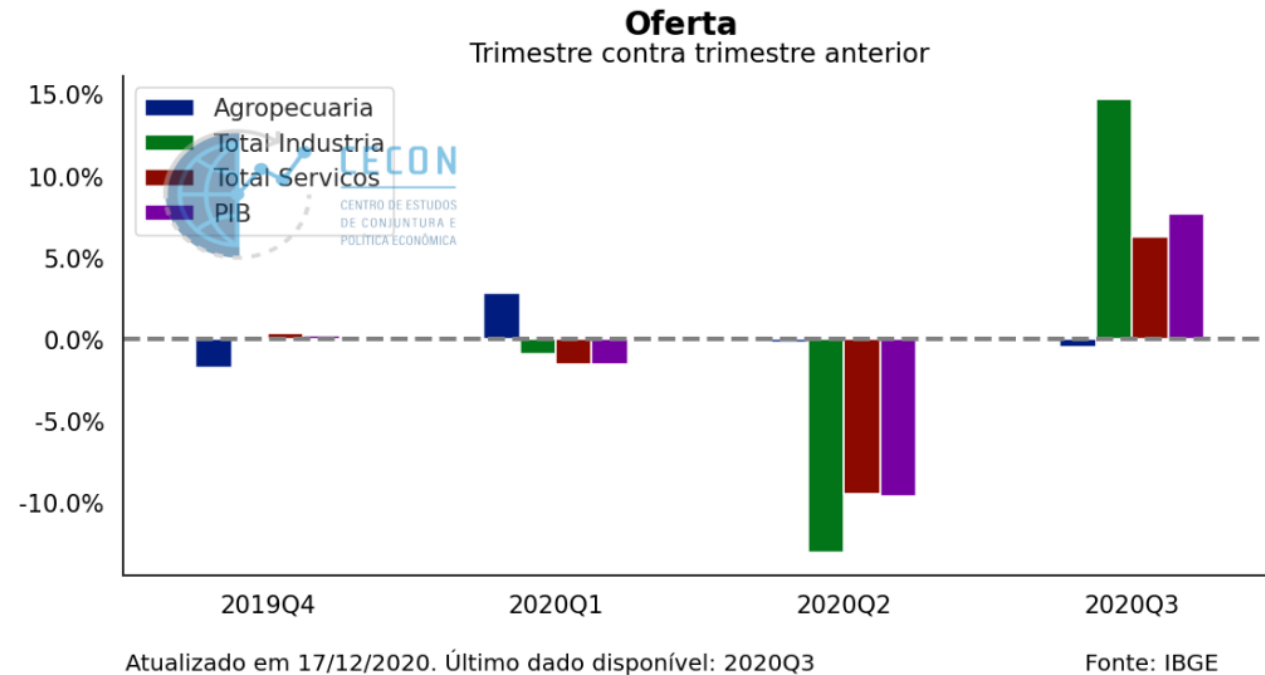
Taxas (%)	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	2020.III
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior < Anexo: Tabela 3 >	1,3	1,4	-0,3	-5,6	-5,0
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores < Anexo: Tabela 4 >	1,4	1,4	1,0	-2,1	-3,4
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior < Anexo: Tabela 2 >	1,3	1,6	-0,3	-10,9	-3,9
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-0,2	0,2	-1,5	-9,6	7,7

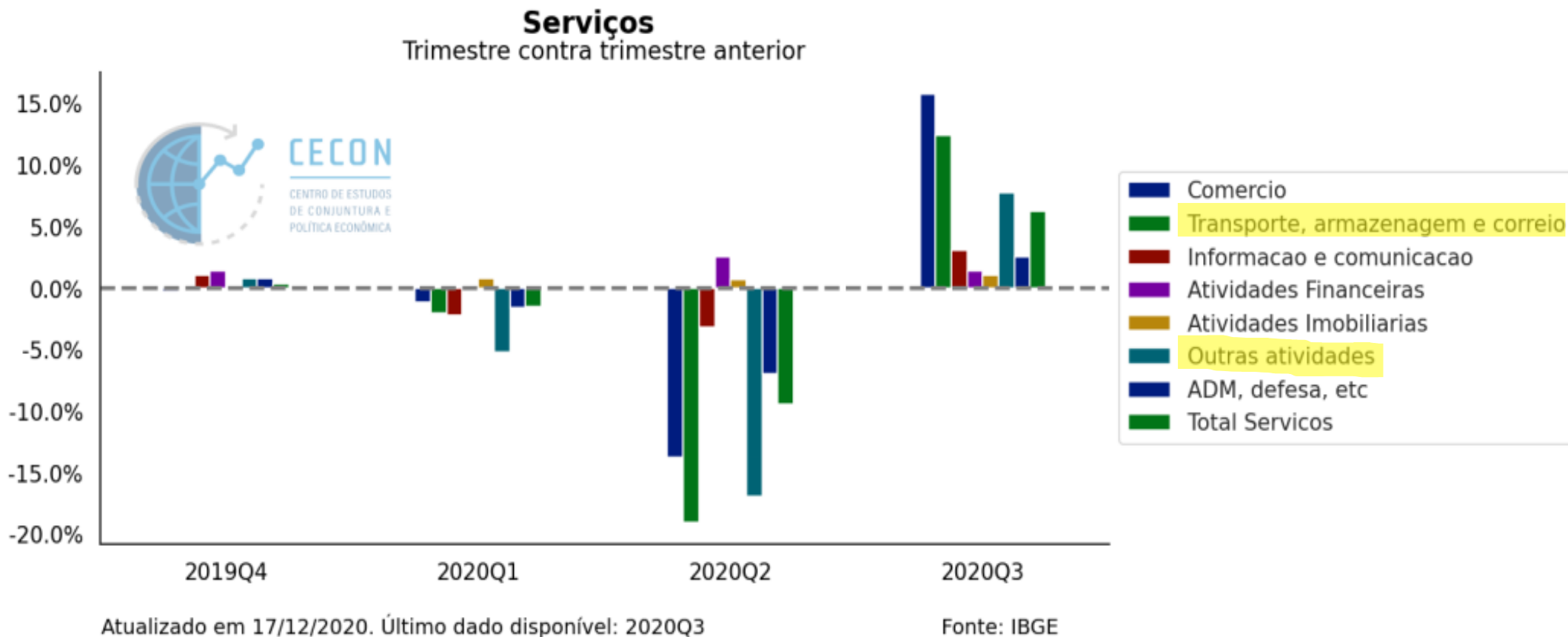
Resultados do PIB – retomada trimestral não compensa dois trimestres anteriores de retração



Resultados do PIB – Oferta - QoQ

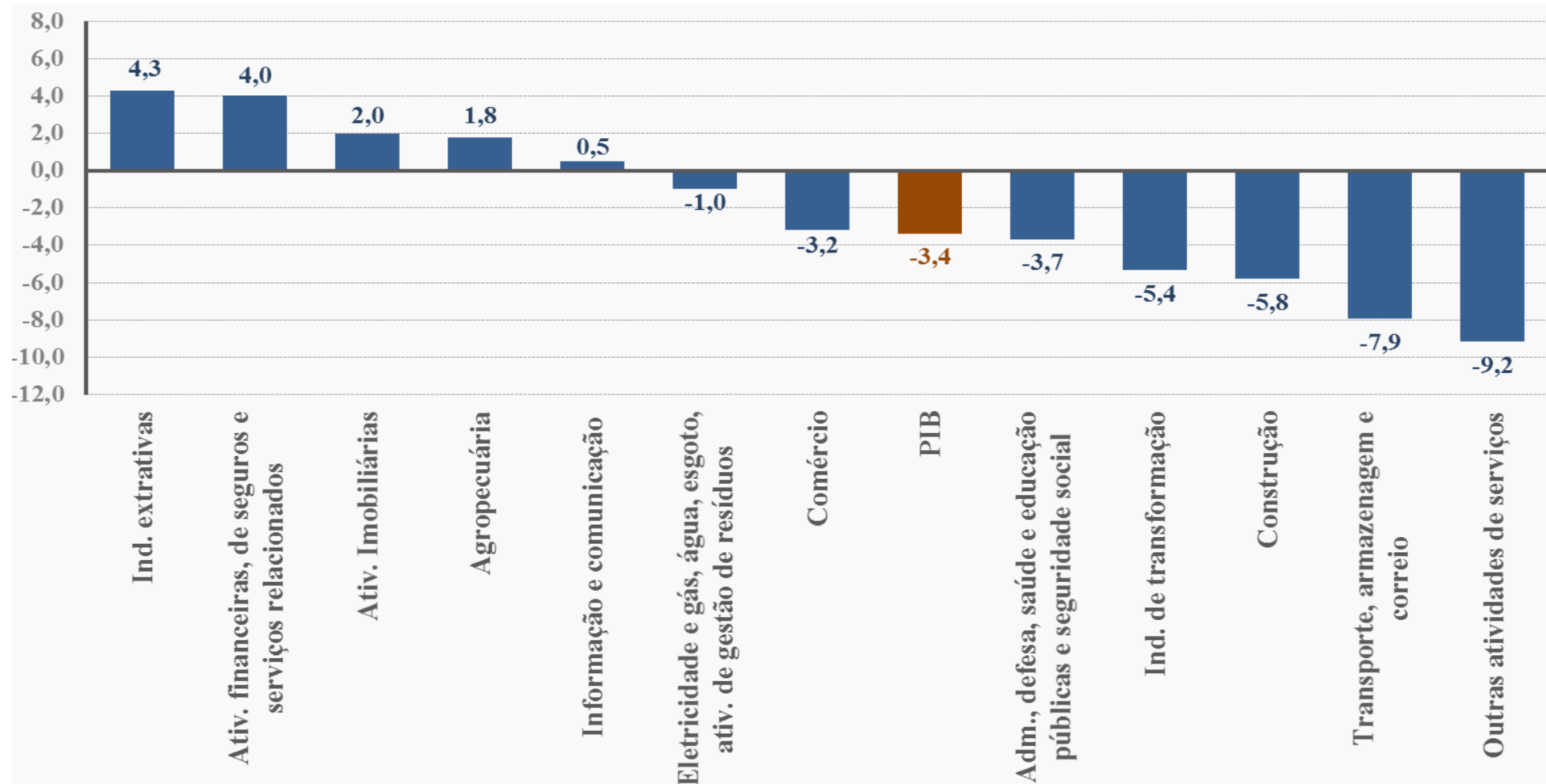
Recuperação restrita de serviços trava retomada global do PIB





Pandemia ataca setor de serviços

POLÍTICA PÚBLICA DE ISOLAMENTO SOCIAL E MEDO DE CONTÁGIO PREJUDICAM SERVIÇOS DE CONTATO DIRETO (TRANSPORTE E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS FAMÍLIAS - ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO; CULTURA, LAZER, ESPORTE; SERVIÇOS PESSOAIS E DE EDUCAÇÃO NÃO CONTINUADA)



Resultados do PIB – Oferta – YoY - TRANSPORTE E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS FAMÍLIAS TRAVAM RETOMADA

O que diz a
bibliografia
especializada
sobre o trade-off
saúde pública vs.
economia?

É evidente que políticas de lockdown envolvem custos econômicos de curto prazo (WEO, FMI)

Políticas de isolamento social pode incorrer em custos econômicos de curto prazo, mas no médio abre caminho para recuperação mais acelerada

Não há disjuntiva, portanto, no médio prazo, em linha com artigo de Correa, Luck e Verner (2020) para a gripe espanhola: as cidades que impuseram restrições sociais mais rígidas que a média apresentaram menor número de mortes e uma recuperação econômica mais rápida, no ano seguinte ao do início da pandemia, do que as cidades que buscaram privilegiar a economia a curto prazo ao evitar lockdown

Não há trade-off saúde pública vs. Economia no médio prazo

Relatório do FMI (WEO, 10/2020) corrobora tal argumento, uma que vez que, apesar dos custos econômicos de curto prazo do isolamento social, as políticas de isolamento social se mostraram substancialmente eficazes na redução das infecções

Quanto mais cedo e mais rígida a resposta governamental em impor as restrições, mais efetivo o combate ao vírus.

A comprovada eficácia das políticas de lockdown na redução no número de casos de covid pode, assim, abrir caminho para uma recuperação econômica mais rápida.

Portanto, os custos econômicos de curto prazo poderiam ser compensados por um crescimento mais forte de médio prazo, possivelmente levando a efeitos gerais positivos sobre a economia

Iniciativas de política anticíclica

Segundo o Ministério da Economia, as ações federais contra os efeitos da pandemia alcançarão a marca de R\$ 615 bilhões em 2020, sendo apenas R\$ 27,5 bilhões em redução de receitas, ou nada menos que 8,5% do PIB estimado (se cair 4,5% em 2020)

R\$ bilhões

Impacto no Resultado Primário de 2020 (I - II)	-615,1	100%
Receitas (I)	-27,5	4,5%
Despesas (II)	587,6	95,5%
Em Execução Orçamentária	583,4	94,8%
Sem Dotação Orçamentária	4,2	0,7%
Sem Ato Autorizativo	0,0	0,0%

	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário de 2020 (I - II)	-615,1
Receitas (I)	-27,5
Redução temp. do IOF crédito - Decreto 10.305, 10.414, 10.504	-20,4
Redução temp. a zero das alíquotas de importação bens de uso médico-hospitalar* - Resolução Camex 17, 22, 28, 31, 32, 33, 44, 51, 67, 75	-3,2
Redução temp. a zero das alíquotas de importação via postal ou aérea - Regime de Tributação Simplificada - Portaria ME 158, 194	-1,3
Desoneração temp. de IPI para bens necessários ao combate ao Covid-19 - Decreto 10.285, 10.302, 10.503	-1,3
Suspensão de Pagamento de Dívidas Previdenciárias - Lei Complementar 173; Portaria RFB 1.072	-0,8
Desoneração temp. de PIS/COFINS (sulfato de zinco para medicamentos) - Decreto 10.318	-0,6

	R\$ bilhões
Impacto no Resultado Primário de 2020 (I - II)	-615,1
Receitas (I)	-27,5
Despesas (II)	587,6
Em Execução Orçamentária	583,4
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5m) e Auxílio Residual - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000	321,8
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173	60,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935; Lei 14.020	51,6
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997; Lei 13.999, 14.042	27,9
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Fundo Garantidor para Investimentos - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043	17,0
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 0, 939; Lei 14.041	16,0
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969	10,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042	10,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940	9,0
Crédito Extraordinário Ministérios - MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008; Lei 14.033	5,8
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - MPV 924	5,1
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 976	4,5
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - MPV 967	3,6
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017	3,0
Ampliação do Programa Bolsa Família - MPV 929	3,0
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - MPV 947	2,6
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953	2,6
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - MPV 1.004	2,5
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995	2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares; Lei 14.032	2,0

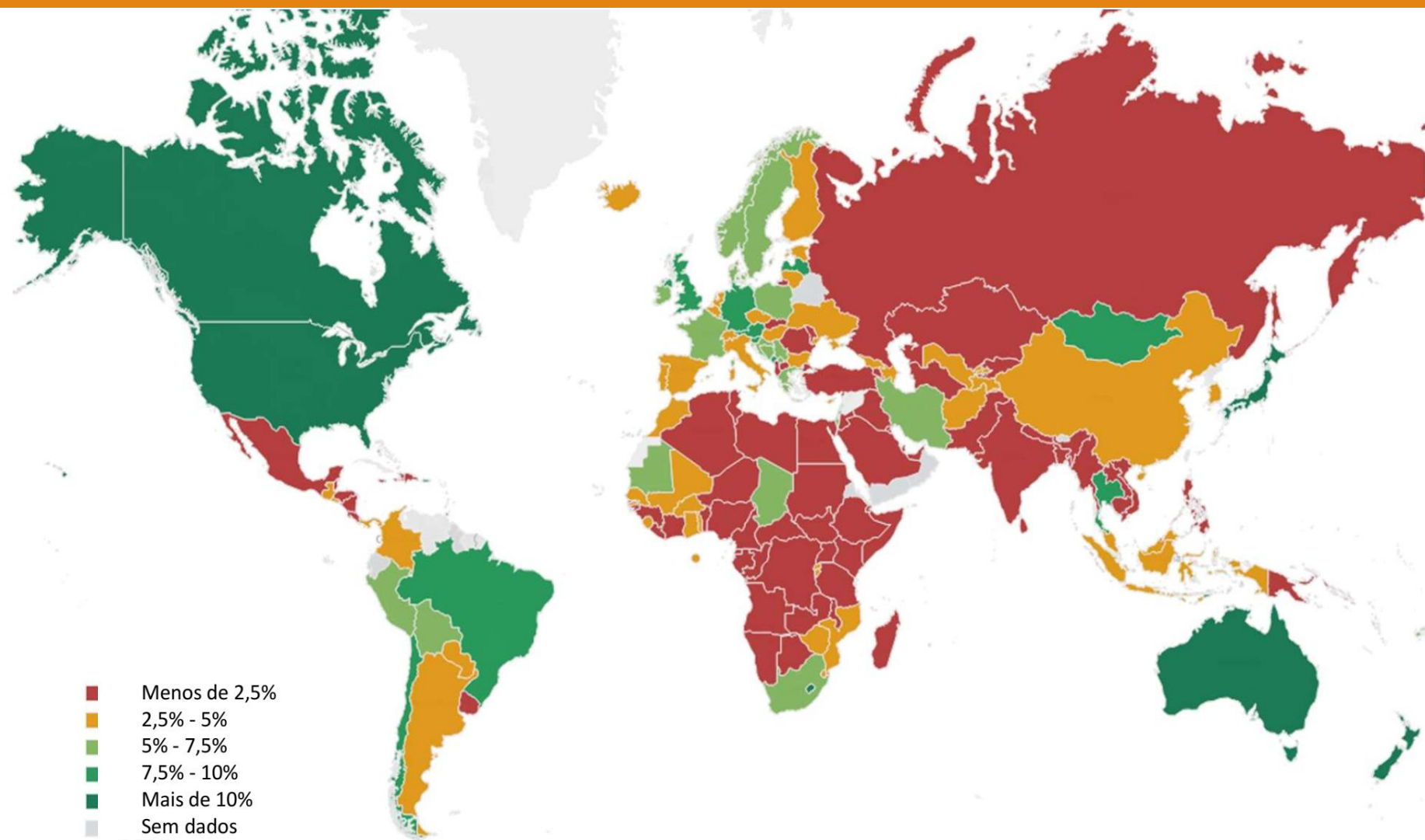
Déficit Primário Estimado (Governo Central) - (a)	844,3	11,7%
Déficit Primário Estimado (Estatais Federais) - (b)	1,0	0,0%
Déficit Primário Estimado (Entes Subnacionais) - (c)	11,4	0,2%
Déficit Primário Estimado (Setor Público) - (a + b + c)	856,7	11,9%

Medidas no Mercado de Crédito(*)

	PESE	Pronampe-FGO	PEAC-FGI	PEAC-Maquinhas
Recursos da União no Programa	R\$ 17 bilhões	R\$ 27,9 bilhões	R\$ 20 bilhões	R\$ 10 bilhões
Potencial de concessão de crédito	R\$ 20 bilhões	R\$ 32,8 bilhões	R\$ 100 bilhões	R\$ 10 bilhões
Crédito produzido pelo Programa até Novembro/2020(**)	R\$ 7,3 bilhões	R\$ 32,8 bilhões	R\$ 83,2 bilhões	R\$ 0,4 bilhão
Público Alvo	Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil até R\$ 50 milhões	Empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões	Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil até R\$ 300 milhões	MEI e empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões
Risco Assumido pela União	85%	85%	20%	100%
Risco Assumido pela IF	15%	15%	80%	0%
Taxa de Juros	3,75%a.a.	1,25%a.a. + Selic (3,25%a.a.)	média de 1%a.m. (12,6%a.a.)	6%a.a.
Prazo da operação de crédito	36 meses (carência 6 meses)	36 meses (carência 8 meses)	12 a 60 meses (carência 6 a 12 m)	36 meses (carência 6 meses)
Prazo para contratação do crédito	31.10.2020	19.11.2020	31.12.2020	31.12.2020

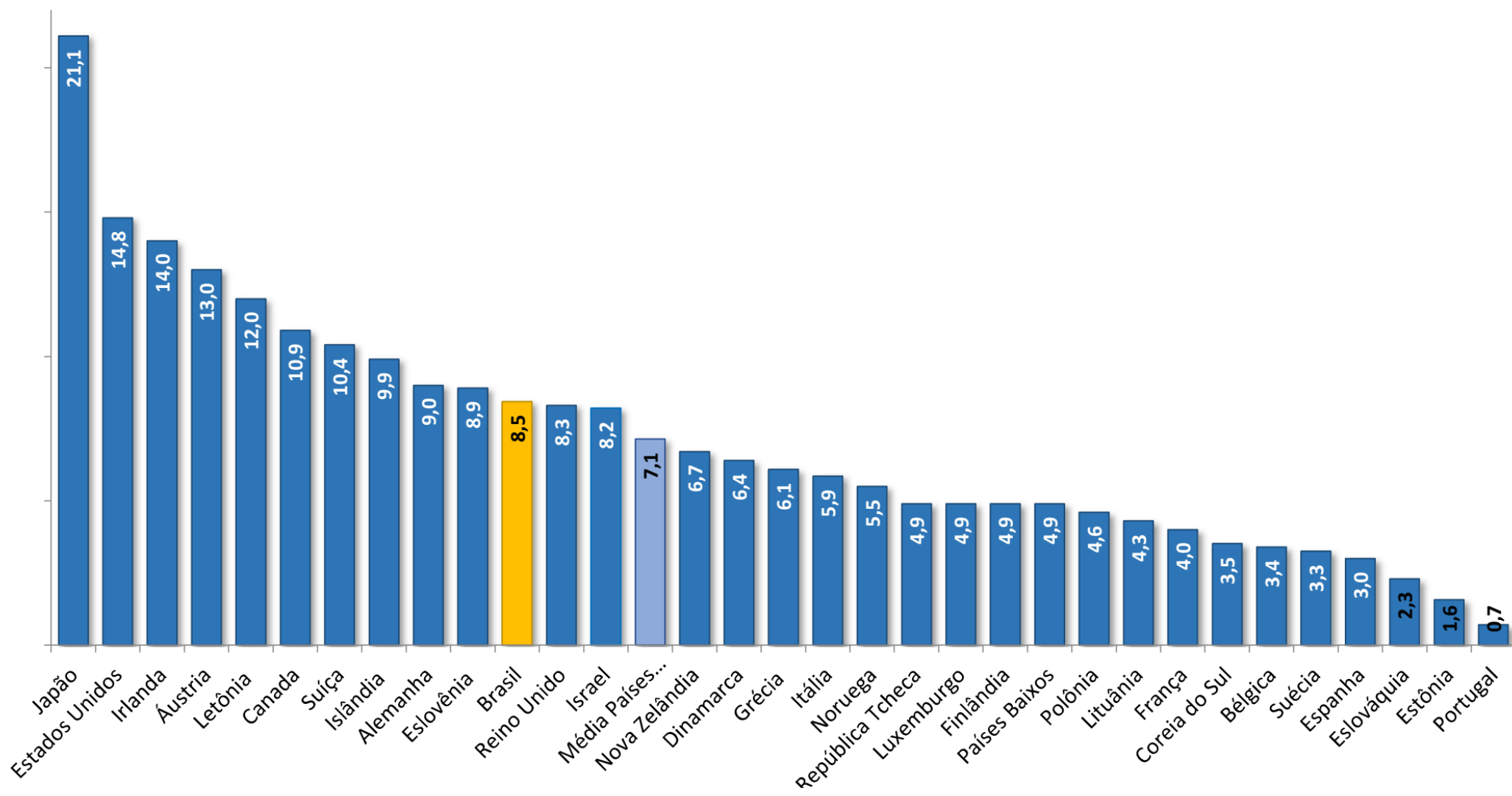
Fonte: Estimativas FAZENDA; STN; SOF; BNDES; CAIXA.

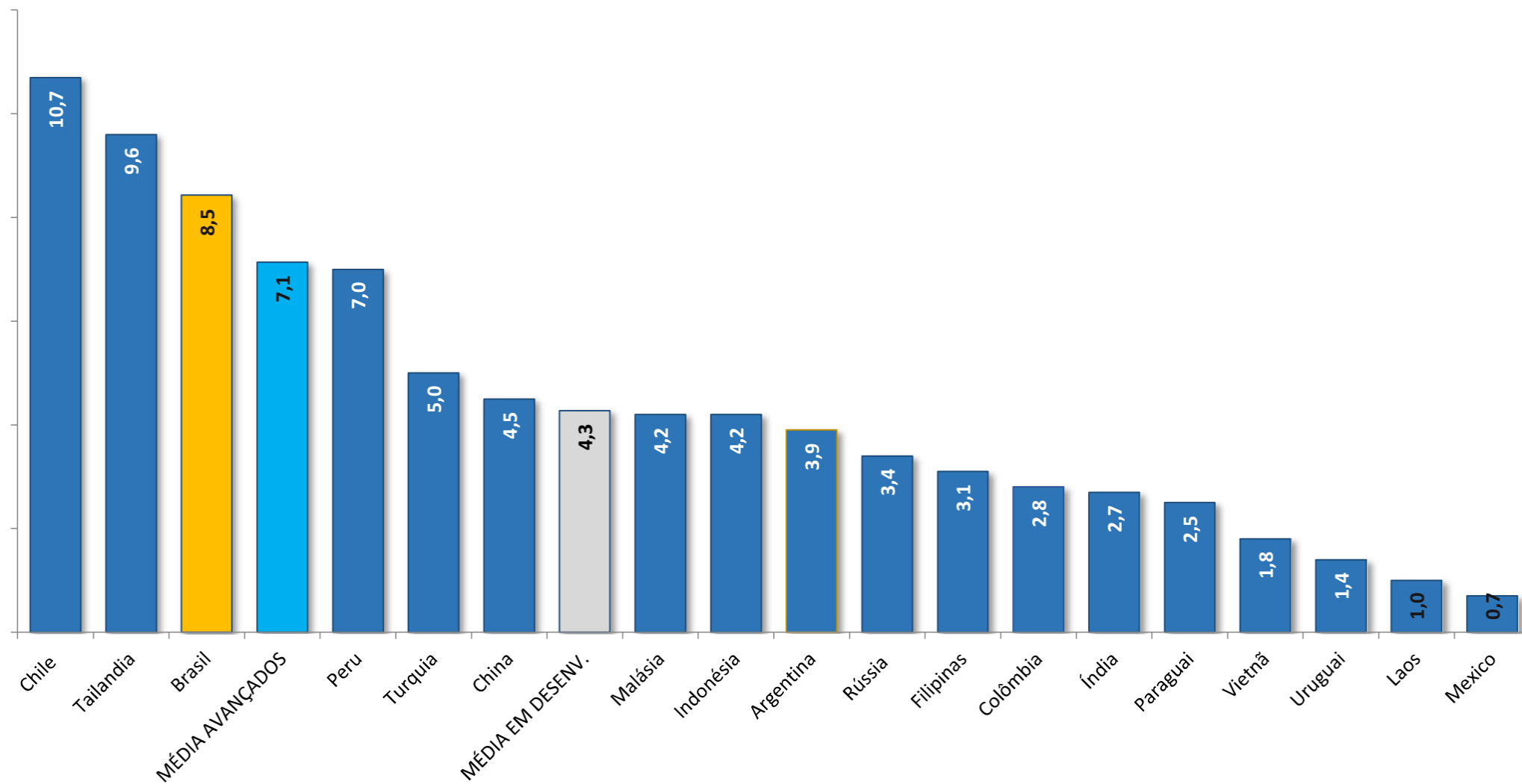
(*) Atualizado até 20/11/2020.

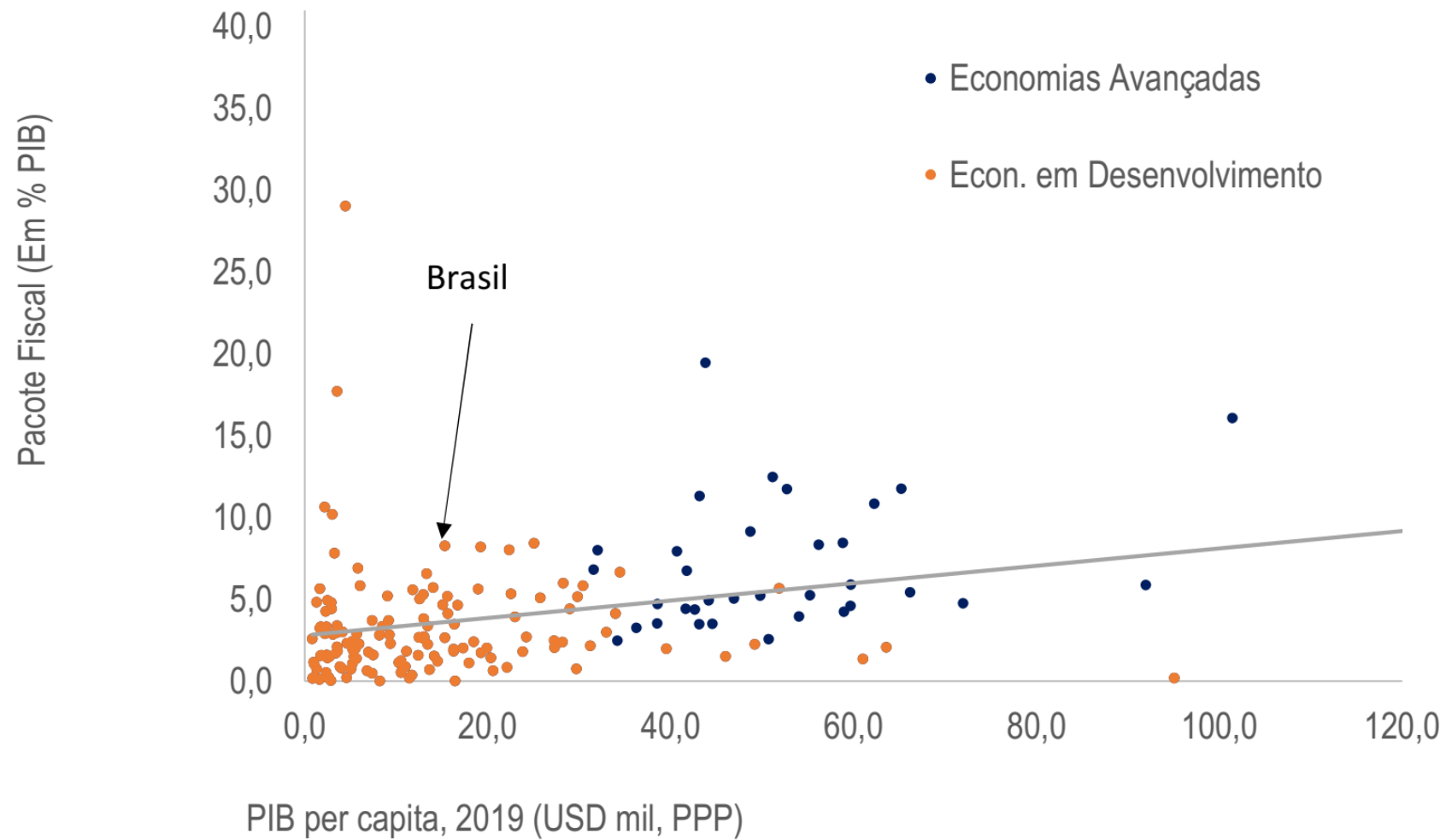


Fonte: FMI

<https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/october-2020-fiscal-monitor#Webinar:%20Public%20Investment%20for%20the%20Recovery:%20IMF%20October%202020%20Fiscal%20Monitor>





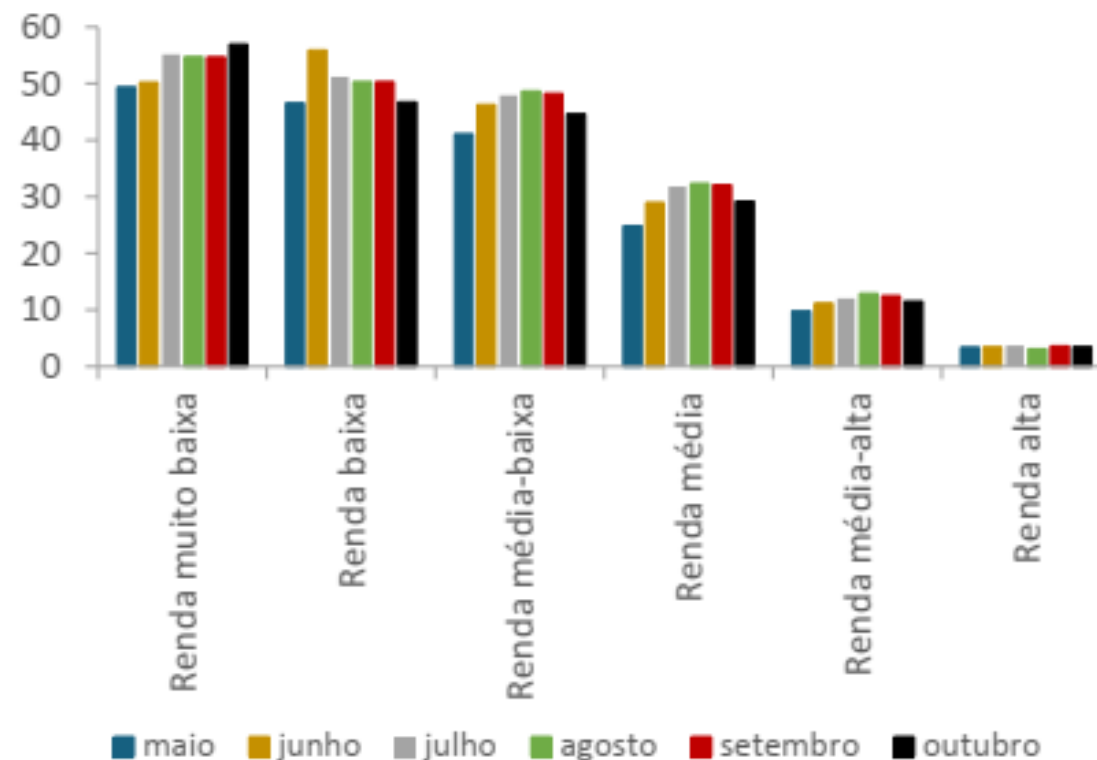


O impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza

Totaliza R\$ 321 bilhões
(4,3% do PIB)

Renda no piso da
pirâmide depende do
auxílio emergencial (65
milhões de pessoas,
muitas ganhando
R\$1200, R\$55 bilhões
a.m. no início)

Domicílios que receberam o AE por faixa de renda: renda domiciliar total efetiva (com AE) (maio-out./2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Proteção da renda pelo auxílio

IPEA: avaliação da diferença entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida por trabalho (micro-dados da PNAD-Covid)

Em outubro, 27,86% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda do trabalho efetiva; 4,75% dos domicílios (cerca de 3,25 milhões) sobreviveram apenas com o auxílio emergencial (queda de 1,25 ponto percentual em relação ao mês de setembro)

Os rendimentos médios do trabalho (R\$ 2.175) corresponderam a 92,8% da renda média habitual (R\$ 2.345)

Trabalhadores por conta própria: 83,2% do habitual

Empregadores: 89,5% do habitual

Sem carteira assinada: 90,7% do habitual

Trabalhadores com carteira: 96,4% do habitual

Com o Auxílio Emergencial, a renda domiciliar média ficou 3% acima dos rendimentos do trabalho habituais - nos domicílios de renda baixa, o rendimento médio teve alta de 22% em relação ao habitual

Proporção e total de domicílios por faixa de renda (out./2020)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva (em %)	27,86	28,14	11,59	15,87	10,86	4,19	1,49
Total de domicílios	19136531	19325351	7962657	10899443	7456639	2874816	1026648
Renda com outras fontes (em %)	5,94	31,43	17,67	21,21	15,52	6,03	2,20
Total de domicílios	4082789	21588824	12132742	14566704	10658672	4143100	1509253
Renda todas fontes (com AE) (em %)	1,19	28,09	19,38	25,29	17,62	6,23	2,20
Total de domicílios	815279	19289615	13311374	17372202	12100709	4281935	1510970

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por grupos demográficos (out./2020)

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	razão dos rendimentos em outubro (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	razão dos rendimentos em setembro
Brasil	2175,25	2344,83	92,8	0,3	90,6
Norte	1702,70	1807,04	94,2	2,3	92,8
Nordeste	1575,24	1693,69	93,0	-0,2	91,2
Sudeste	2434,07	2634,28	92,4	0,5	89,8
Sul	2344,98	2542,65	92,2	0,1	90,4
Centro-Oeste	2428,47	2570,57	94,5	-0,3	92,8
Masculino	2319,89	2503,85	92,7	0,3	90,5
Feminino	1969,40	2118,51	93,0	0,4	90,8
14 a 24anos	1163,81	1234,35	94,3	0,4	92,9
25 a 39anos	2167,04	2313,32	93,7	0,8	91,7
40 a 59anos	2433,19	2637,55	92,3	-0,1	90,0
60 anos ou mais	2627,71	2924,91	89,8	0,9	86,8
Não Chefe Família	1886,67	2020,33	93,4	0,0	91,4
Chefe Família	2507,86	2719,14	92,2	0,8	89,9
Fundamental incompleto	1156,65	1293,03	89,5	2,1	87,1
Fundamental completo	1422,91	1590,02	89,5	0,8	87,4
Médio incompleto	1304,12	1435,81	90,8	2,1	87,6
Médio completo	1634,23	1772,28	92,2	0,8	90,6
Superior	3662,31	3892,55	94,1	-0,1	91,8
Região Metropolitana	2632,31	2847,73	92,4	0,2	89,9
Não região metropolitana	1834,73	1970,16	93,1	0,4	91,3

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Domicílios que receberam o AE por faixa de renda (out./2020)

(Em %)

	Divisão 1	Divisão 2	Divisão 3
Sem renda	41,32	80,03	0
Renda muito baixa	61,72	61,52	56,93
Renda baixa	47,41	41,53	46,71
Renda média-baixa	34,25	33,89	44,57
Renda média	18,77	19,54	29,13
Renda média-alta	8,23	8,5	11,47
Renda alta	2,85	3,31	3,42

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

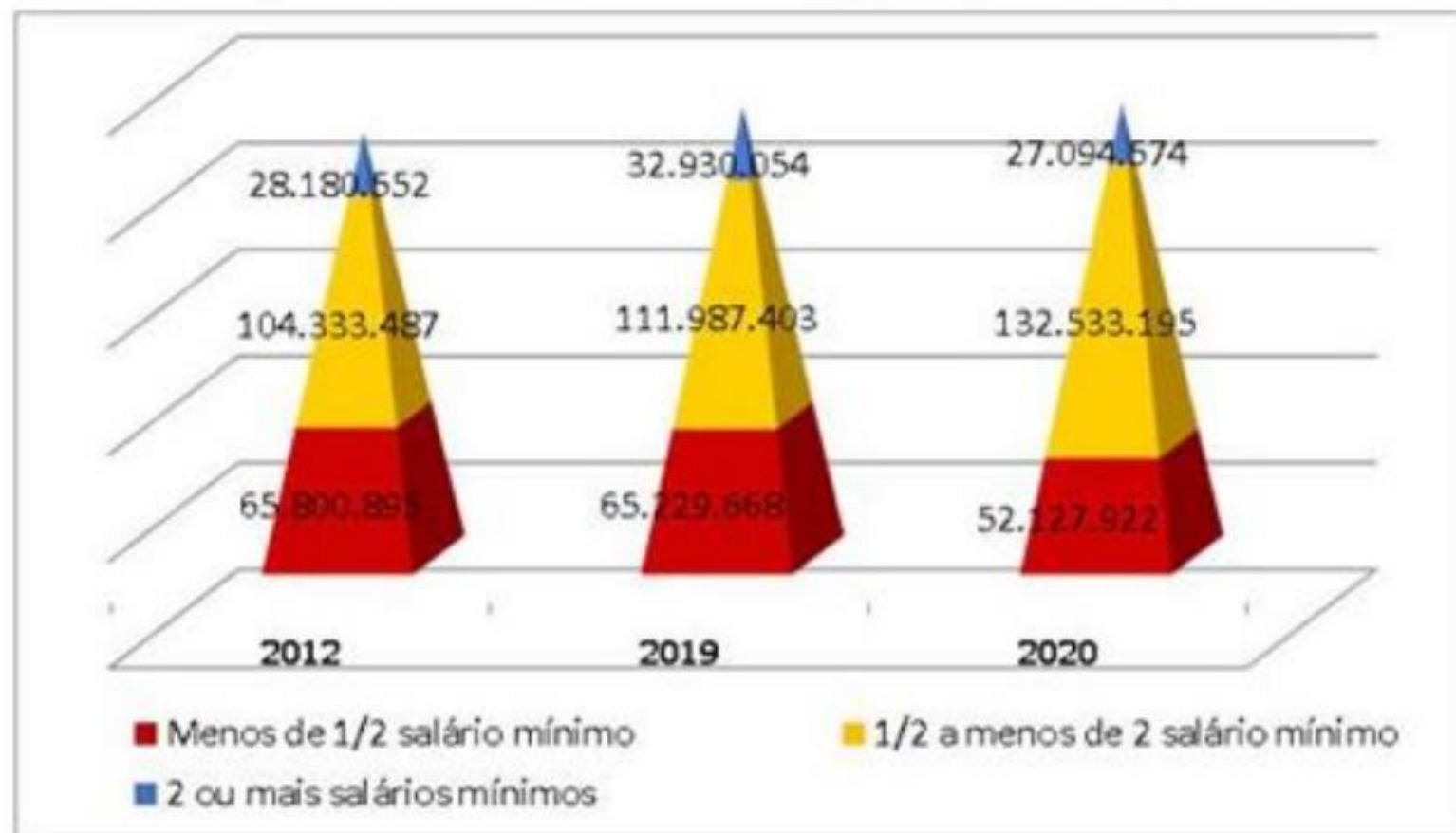
Inflação por faixa de renda

(Em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	ago-20	set-20	out-20	Ano	12 meses
Renda muito baixa	0,38	0,98	0,98	3,53	5,33
Renda baixa	0,38	0,88	0,88	2,94	4,73
Renda média-baixa	0,37	0,78	0,86	2,44	4,07
Renda média	0,25	0,56	0,78	1,87	3,54
Renda média-alta	0,13	0,37	0,69	1,52	2,99
Renda alta	-0,10	0,29	0,82	1,04	2,48

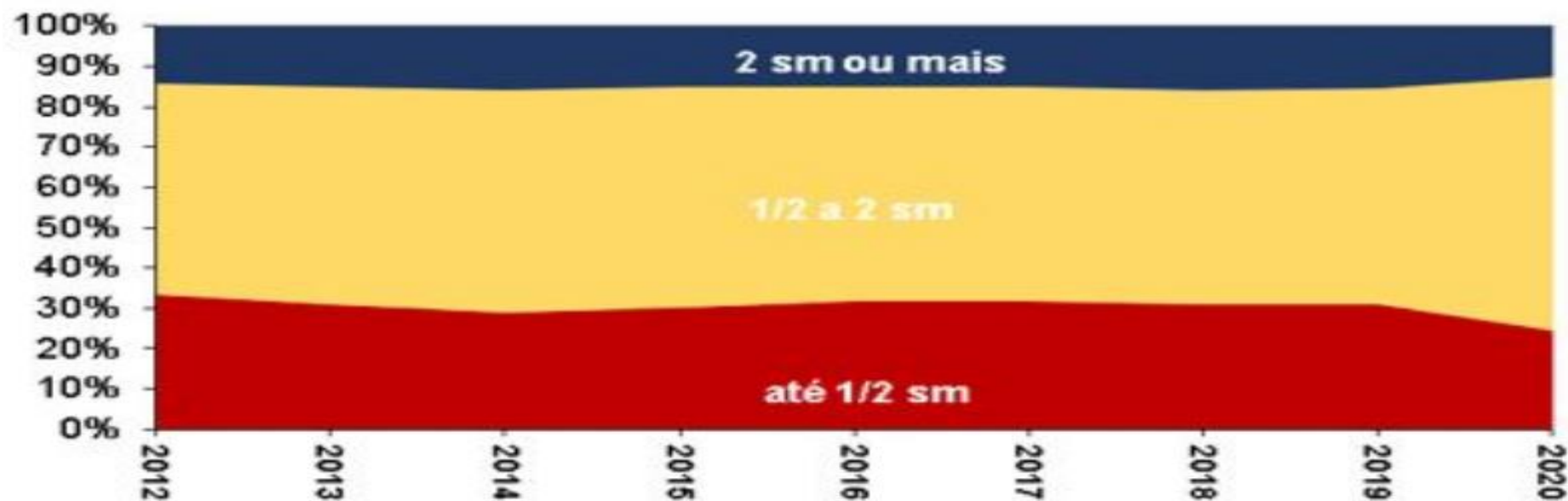
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea.

População com renda domiciliar per capita por classes agregadas de salário mínimo



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Anual e PNAD Covid/IBGE

Evolução da Proporção de Pessoas com renda domiciliar per capita por classes agregadas



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Anual e PNAD Covid/IBGE

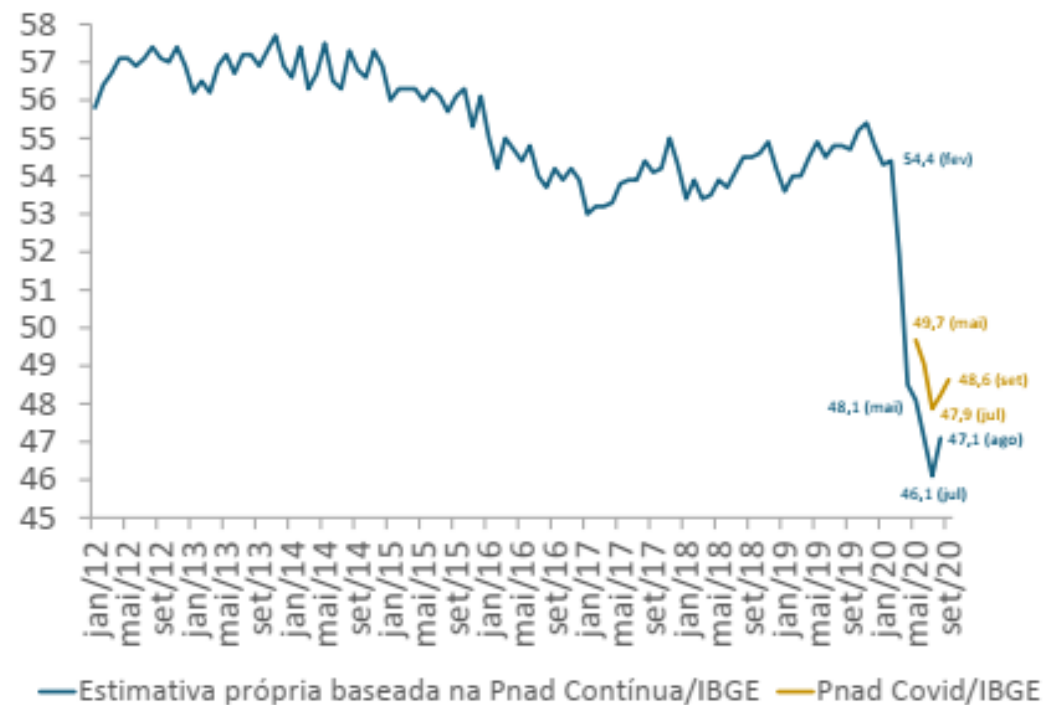
Proporção de Pessoas com renda domiciliar per capita por classes de salário mínimo

Mudança e Níveis Regionais (%)

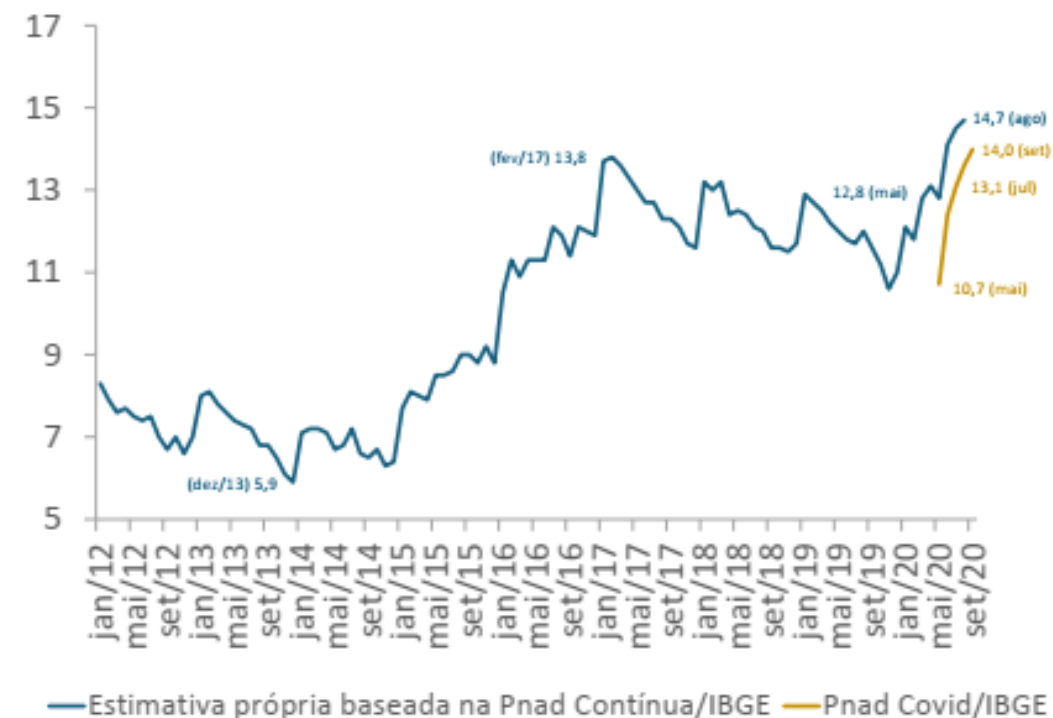
Variação 2019 a 2020

	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro
Menos de 1/2 salário mínimo	-20,69%	-25,12%	-28,71%	-9,67%	-9,32%	-17,01%
1/2 a menos de 2 salários mínimos	17,45%	32,11%	38,34%	10,52%	7,23%	12,16%
2 ou mais salários mínimos	-18,35%	-12,30%	-16,41%	-20,75%	-14,87%	-17,22%

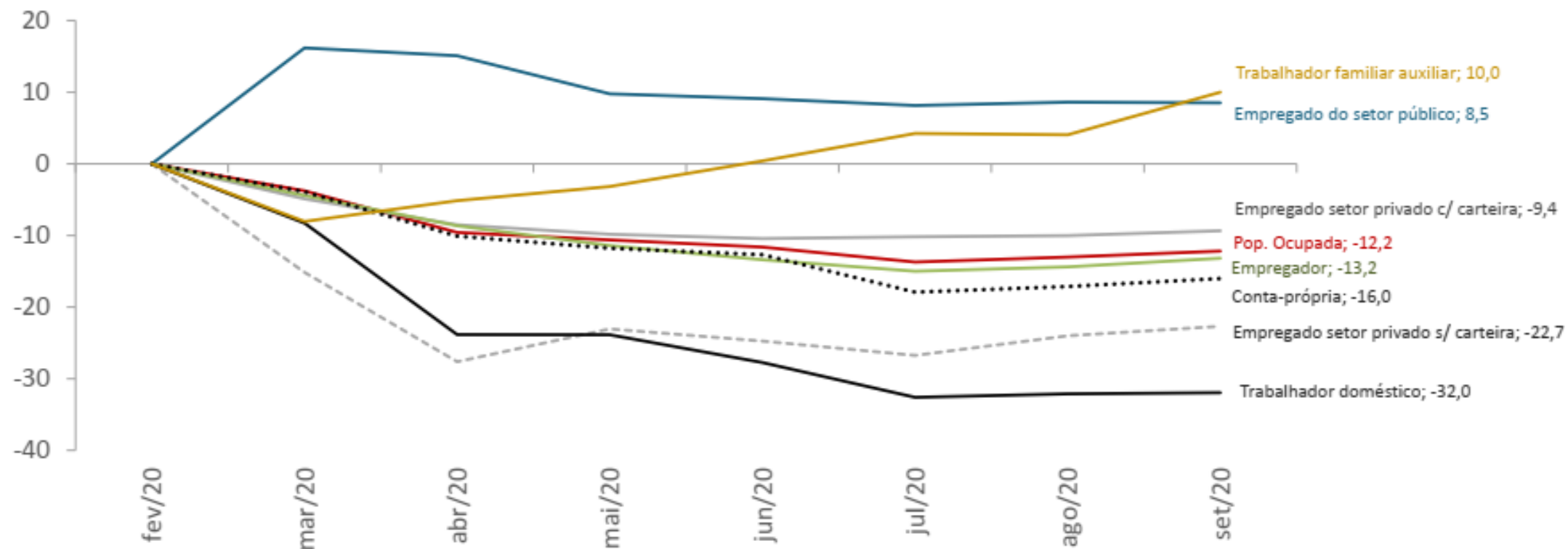
Nível de ocupação (jan./2012-set./2020) (Em %)



Taxa de desocupação (jan./2012-set./2020) (Em %)

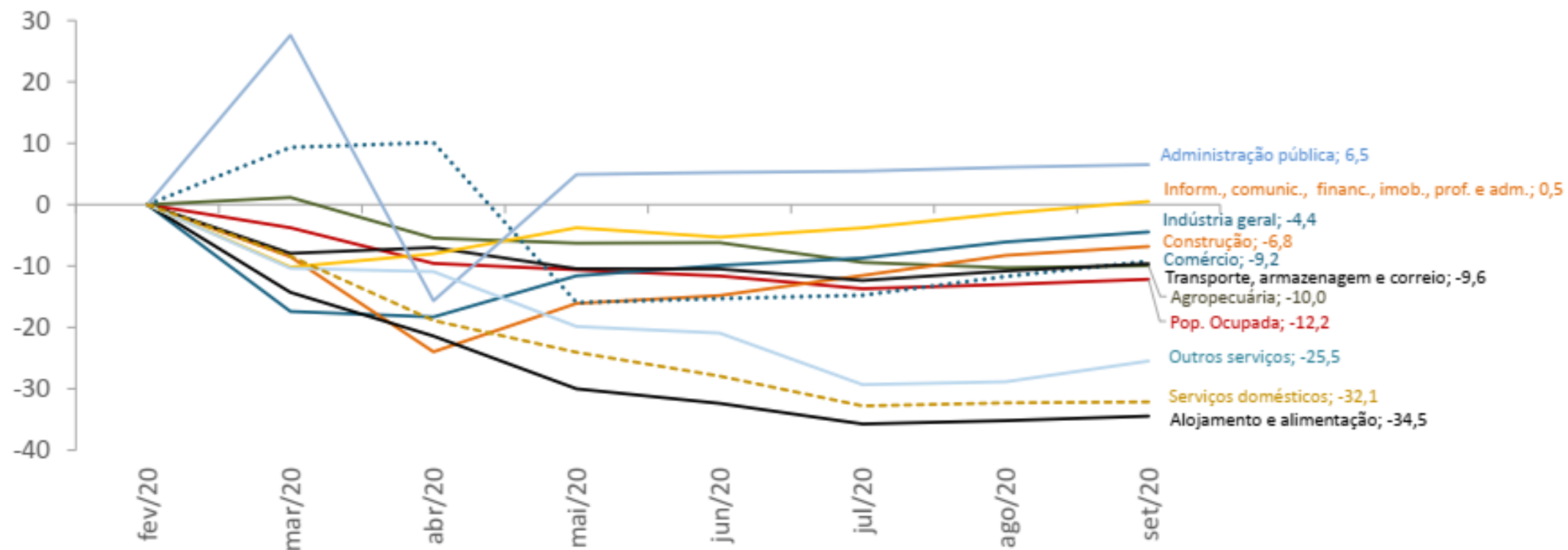


População ocupada por posição na ocupação (Var. % sobre fev./2020)



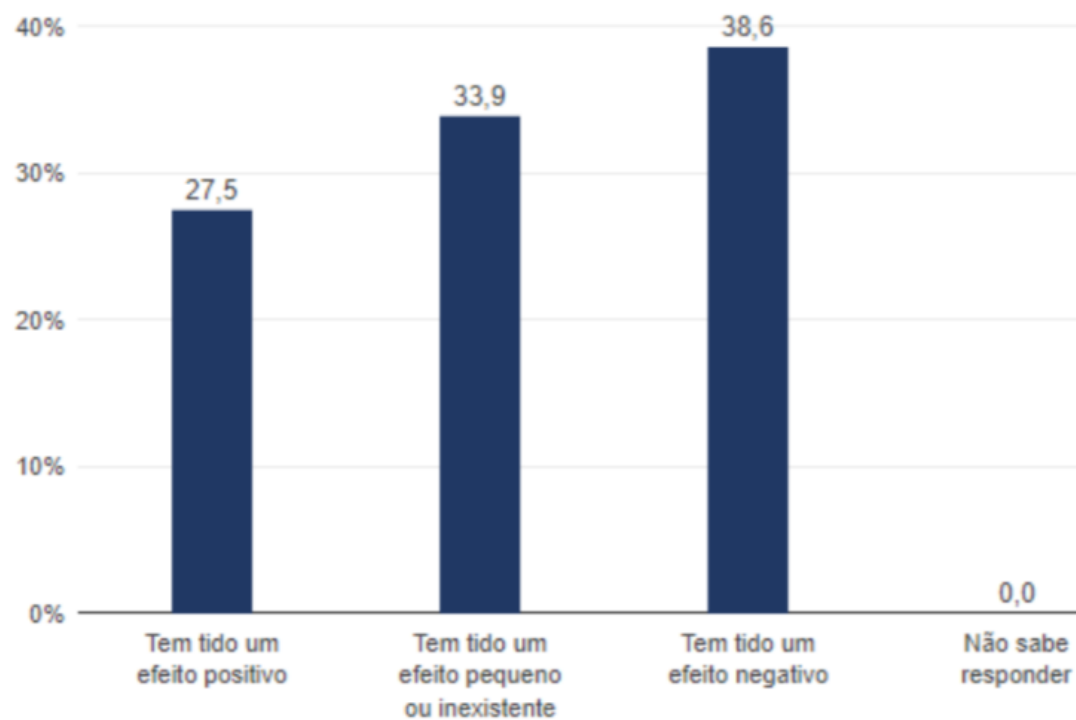
Fonte: PNAD Covid-19/IBGE e PNAD Contínua/IBGE.

População ocupada por setor de atividade (Var. % sobre fev./2020)

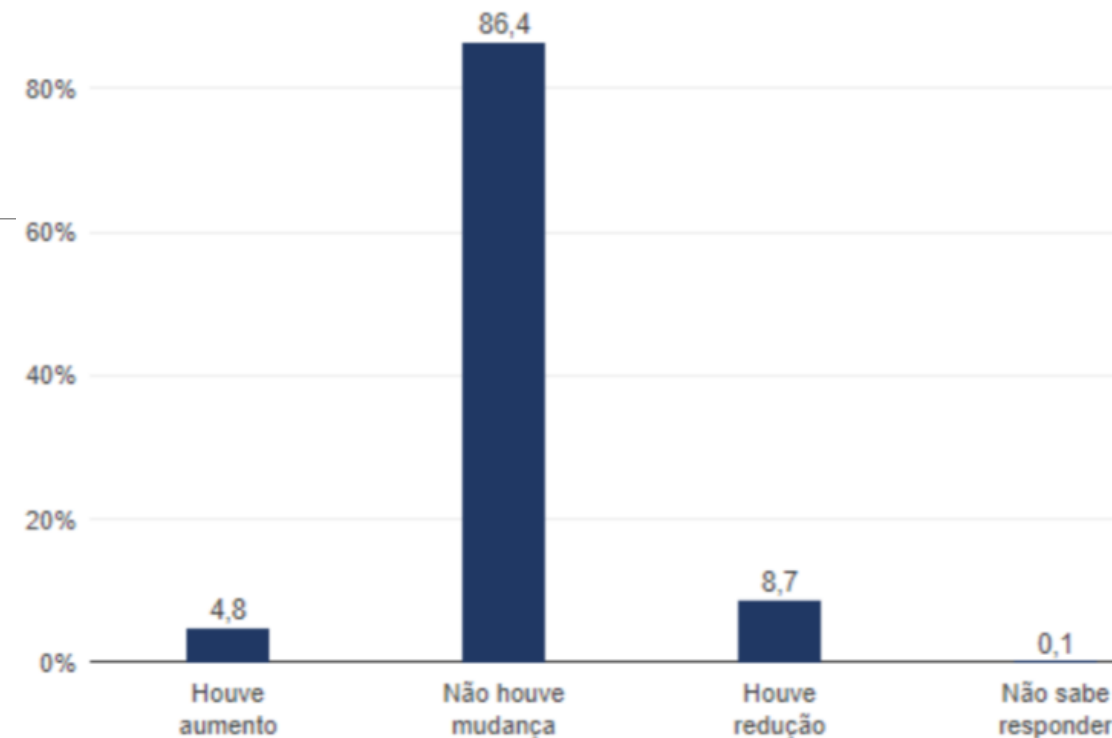


Fonte: PNAD Covid-19/IBGE e PNAD Contínua/IBGE.

Impacto geral sofrido até o final da primeira quinzena de agosto, em decorrência da Covid-19



Sobre o número de funcionários ao final da primeira quinzena de agosto



Coleta: Quinzena de 17 a 31 de agosto de 2020

Os limites da retomada: os perdedores

RETOMADA É PREJUDICADA POR FALÊNCIAS (716.000 EMPRESAS FECHARAM AS PORTAS)

Cenários e incertezas: blocos de poder em torno do teto; pressão popular nas ruas; STF

1) Teto do Gasto fica (como hoje): pressão do “mercado” inviabiliza gasto social e leva a mais cortes de investimentos; Brasil fica fora da recuperação mundial, desemprego alarmante cai lentamente, pressão popular se acentua

2) Teto do Gasto cai: improvável, mas não impossível; dívida pública aumenta a curto prazo, mas Brasil participa da recuperação mundial, Bolsonaro torna-se invencível em 2022

3) Flexibilização do teto (aumento da dívida pública, receitas e despesas extraordinárias)

Frações no bloco de poder em embate podem se conciliar para permitir reeleição de Bolsonaro. O importante para o bloco financista não é o teto em si, é o conjunto de reformas que o teto pressiona para realizar.

Obrigado!